



**INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O  
EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

**IIEB - INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

**ÍNDICE**

Relatório dos auditores independentes	3 a 5
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	
Quadro 1 - Balanço patrimonial	6
Quadro 2 - Demonstração do resultado do período	7
Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa	9
Quadro 5 - Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11 a 31

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**REF 291/2018**

À Diretoria Executiva do  
**IIEB - INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL**  
Brasília - DF

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do **IIEB - INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL** (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **IIEB - INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros Assuntos**

#### **Auditoria do exercício anterior**

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 28 de julho de 2017, foi emitido sem opinião modificada.

#### **Demonstração do valor adicionado**

Examinamos a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentada de forma voluntária pelo Instituto uma vez que sua apresentação não é obrigatória. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 20 de setembro de 2018.

**IDEA Auditores Independentes**  
CRC/GO 11.06/O S/DF



**Jackson Lara Ribeiro**  
Contador - CRC/GO 12.068 S/DF

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

BALANÇO PATRIMONIAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 31/12/2016

*Em milhares de Reais*

ATIVO	Nota	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa	5		
Disponibilidades com restrição		4.705	2.513
Disponibilidades sem restrição		283	473
Créditos diversos		129	66
		<u>5.117</u>	<u>3.052</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Investimentos		3	3
Imobilizado com restrição	6b	23	22
(-) Redutora de bens de projeto		(22)	(22)
Imobilizado sem restrição	6a	145	205
Intangível	6c	-	-
		<u>149</u>	<u>208</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>5.266</b></u>	<u><b>3.260</b></u>
<b>PASSIVO</b>			
		<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>CIRCULANTE</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas	7a	242	145
Contas a pagar	7b	53	25
Adiantamentos de doadores	7c	4.735	2.507
		<u>5.030</u>	<u>-</u>
		<u>5.030</u>	<u>2.677</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio social	8a	583	1.141
Superávit (déficit) do período	8b	(347)	(558)
		<u>236</u>	<u>583</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><b>5.266</b></u>	<u><b>3.260</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 31/12/2016**

*Em milhares de Reais*

	Nota	2017	2016
<b>Com Restrição</b>			
Recursos de projetos	9	12.633	9.935
Rendimentos de aplicação financeira		164	314
		<b>12.797</b>	<b>10.249</b>
<b>Sem Restrição</b>			
Recursos de overhead		125	101
Receitas de prestação de Serviços		193	56
Fundo de publicações		65	14
Receitas financeiras		8	20
Outras receitas		40	74
		<b>431</b>	<b>265</b>
<b>Total de receitas</b>		<b>13.228</b>	<b>10.514</b>
<b>Custos e despesas operacionais</b>			
<b>Com programas (atividades)</b>			
Salários e benefícios	10.1	(4.245)	(2.945)
Consultorias e serviços	10.2	(339)	(393)
Despesas com viagens	10.3	(3.182)	(1.788)
Despesas com programas	10.4	(4.352)	(4.693)
Despesas com ocupação		(204)	(178)
Despesas com utilidades e serviços		(215)	(156)
Despesas administrativas		(153)	(93)
Despesas financeiras		(78)	(77)
		<b>(12.768)</b>	<b>(10.323)</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Administrativas</b>			
Salários e benefícios	11.1	(386)	(331)
Consultorias e serviços		(198)	(144)
Despesas com viagens		(9)	(21)
Despesas com ocupação		(17)	(79)
Despesas com utilidades e serviços		(12)	(42)
Despesas administrativas		(106)	(46)
Despesas financeiras		(14)	(4)
Depreciação e amortização		(65)	(82)
		<b>(807)</b>	<b>(749)</b>
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>(347)</b>	<b>(558)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 31/12/2016

DESCRIÇÃO	<i>Em milhares de Reais</i>		
	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>1.426</b>	<b>(279)</b>	<b>1.147</b>
Incorporação ao patrimônio social	(279)	279	-
Ajustes do exercício	(6)	-	(6)
Déficit do exercício	-	(558)	(558)
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>1.141</b>	<b>(558)</b>	<b>583</b>
Incorporação ao patrimônio social	(558)	558	-
Ajustes do exercício	-	-	-
Déficit do exercício	-	(347)	(347)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>583</b>	<b>(347)</b>	<b>236</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB****DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 31/12/2016***Em milhares de Reais*

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>I - ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit/Déficit do exercício	(347)	(558)
(+) Depreciação/amortização do período	65	82
(-) Ajustes que afetam o fluxo de caixa das atividades operacionais	(0)	(6)
	<u>(282)</u>	<u>(482)</u>
<b>Varição de ativos e passivos</b>		
Redução/Aumento das contas a receber	(63)	30
Redução/Aumento das contas a pagar	2.352	(1.658)
	<u>2.289</u>	<u>(1.628)</u>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b><u>2.007</u></b>	<b><u>(2.110)</u></b>
<b>II - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Adições ao imobilizado	(5)	-
Adições ao intangível	-	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	<b><u>(5)</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>III - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Amortização de dívidas de Longo Prazo	-	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>IV - REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b><u>2.002</u></b>	<b><u>(2.110)</u></b>
<b>V - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>		
<b>SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Início do exercício	2.986	5.096
Final do exercício	<u>4.988</u>	<u>2.986</u>
<b>VI - REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b><u>2.002</u></b>	<b><u>(2.110)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 31/12/2016

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO

*Em milhares de Reais*

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>I - GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>1- Receitas</b>	<b>13.219</b>	<b>10.495</b>
1.1. Doações recebidas	12.921	10.351
1.2. Outras receitas	298	144
<b>2- Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>11.120</b>	<b>8.664</b>
2.1. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	11.120	8.664
<b>3- Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>2.099</b>	<b>1.831</b>
<b>4- Depreciação e Amortização</b>	<b>65</b>	<b>82</b>
4.1. Depreciação e amortização	65	82
<b>5- Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)</b>	<b>2.034</b>	<b>1.749</b>
<b>6- Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>8</b>	<b>19</b>
6.1. Receitas financeiras	8	19
<b>7- Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)</b>	<b>2.043</b>	<b>1.768</b>
<b>II - VALOR ADICIONADO À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE</b>	<b>2.043</b>	<b>1.768</b>
<b>III - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>8- Distribuição do Valor Adicionado</b>		
<b>8.1. Pessoal</b>	<b>1.755</b>	<b>1.670</b>
8.1.1. Remuneração direta	1.290	1.201
8.1.2. Benefícios	308	223
8.1.3. FGTS	103	149
8.1.4. Indenizações trabalhistas	55	96
<b>8.2. Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>323</b>	<b>299</b>
8.2.1. Previdência Social	303	290
8.2.2. PIS	20	9
<b>8.3. Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>312</b>	<b>358</b>
8.3.1. Juros	91	81
8.3.2. Aluguel	221	277
<b>8.4. Déficit (Superávit) do Exercício</b>	<b>(347)</b>	<b>(558)</b>
<b>IV - TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>	<b>2.043</b>	<b>1.768</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

---

**1. Contexto operacional**

O Instituto Internacional de Educação do Brasil - IIEB é uma associação civil brasileira sem fins econômicos, regida pelo Código Civil Brasileiro, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, voltada para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental, tendo como eixos a capacitação técnica, institucional e política.

Criada em 1998 e sediada em Brasília-DF, a entidade se destaca por uma atuação que considera e estabelece pontes entre a conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade, buscando fortalecer as comunidades locais.

Através de capacitação, treinamentos, disseminação de conhecimentos o IIEB tem ajudado na formação de toda uma geração de pessoas. Estes treinamentos são feitos em áreas como conservação ambiental e gestão territorial, agricultura familiar, economia ambiental, direitos ambientais e fundiários, manejo dos recursos naturais e sustentabilidade, desenvolvimento humano e social, produção e difusão do conhecimento, e capacitação para populações tradicionais e indígenas.

A atuação do IIEB é ampla, abarcando todo o território nacional, em seus diversos biomas, destacando-se como público beneficiário as comunidades locais em seus diversos modos de vida: ribeirinhos, extrativistas, assentados da reforma agrária e povos indígenas, e também técnicos, gestores, pesquisadores e estudantes da área socioambiental, dos setores privado, público e do terceiro setor.

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação internacional de longo prazo; (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o alcance dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da governabilidade dos mesmos; e (iii) planejamento estratégico de cada programa no horizonte de longo prazo, sem pautar-se necessariamente em um horizonte de exercício fiscal e/ ou social.

Os principais riscos estão relacionados à base de doadores do Instituto, sendo que as ações estratégicas visam a minimizar esses riscos através do crescimento dessa base, mediante ações institucionais pautadas na transparência das atividades, do uso dos recursos financeiros, qualidade dos projetos, imagem institucional perante a sociedade, parceiros e doadores e competência técnica de todos os colaboradores.

Os principais contratos de doação que tiveram implementação em 2017 ou estavam aprovados na data de 31 de dezembro de 2017 são:

**a) Albrás - Apoio às atividades desenvolvidas pelo FIB – Fórum Intersetorial de Barcarena;**

O Fórum Intersetorial é uma ação no âmbito do projeto Fortalecimento Institucional de Barcarena, que visa a criação de um espaço público de forma que favoreça, de maneira permanente, a discussão entre a sociedade civil, empresas e o Estado sobre os problemas estruturantes do município. A proposta é tornar os debates dos desafios locais acessíveis às comunidades, tirando-os do âmbito exclusivo das empresas e das instituições de Estado, ou mesmo de grupos restritos da sociedade civil. O projeto é financiado pela Ajuda da Igreja

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

Norueguesa (AIN) e recebe esse aporte da Albrás no sentido de fortalecer ações ligadas à secretaria executiva do Fórum.

O contrato assinado com a Albrás em 13/10/2014 estabelece o início do projeto em outubro de 2014 e prazo final estimado para dezembro de 2017, no valor total de R\$ 60 mil. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

Ano	Valor R\$
2014	7
2015	39
2016	9
2017	5
<b>Total</b>	<b>60</b>

**b) CEF - Projeto Embarca Marajó;**

O projeto Fortalecimento Institucional para o Desenvolvimento Sustentável no Marajó, objetiva implementar ações socioeconômicas e ambientais, visando o desenvolvimento local sustentável do território marajoara, integrado à políticas públicas, especialmente nos municípios onde trafega a Agência-Barco Ilha do Marajó: Bagre, Breves, Currealinho, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure. O projeto é executado por meio de um Consórcio com o Instituto Vitória Régia e o Instituto Peabiru, tendo como parceiros locais a Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM) e o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó (Codetem). O projeto é financiado pelo Fundo Socioambiental Caixa Econômica Federal (Fundo Socioambiental CEF).

O acordo de cooperação financeira assinado em 03/11/2014 estabelece o início do projeto em novembro de 2014 com prazo de execução de 30 meses, no valor total de R\$ 2.999.990,95. O prazo final de execução será março de 2017. Os recursos totais contratados para o projeto estão sujeitos a revisões anuais por parte do agente doador, e podem ser assim demonstrados:

Ano	Valor R\$
2014	617
2015	866
2016	1.149
2017	298
<b>Total</b>	<b>2.930</b>

**c) MOORE Contrato 2078.02 - Projeto Conservação do Mosaico Madeira (cerca de 7 milhões de hectares), desenvolvendo um plano de ação participativa e integrada de suas áreas protegidas;**

Promover a gestão territorial e ambiental integrada através da criação de um plano de ação integrada entre as áreas de conservação e terras indígenas no mosaico ao longo da rodovia BR 319 (Rios Purus e Madeira). Para produzir informação técnica, processual e financeira

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

para a consolidação de uma proposta para o reconhecimento oficial da área protegida mosaico nas regiões Purus e Madeira.

As atividades do projeto iniciaram em junho de 2015 e foram finalizadas em maio de 2017. O contrato foi assinado no valor total de R\$ 2.720.000 mil e desembolsados conforme demonstrado abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Valor R\$</b>
2015	1.045
2016	1.442
2017	233
<b>Total</b>	<b>2.720</b>

**d) MOORE Contrato 20178.03 (extensão de 18 meses) - Conservação do Mosaico Madeira (cerca de 7 milhões de hectares), desenvolvendo um plano de ação participativa e integrada de suas áreas protegidas**

Em julho 2017 a Fundação Moore aprovou a extensão do projeto para um período de 18 meses, entre julho 2017 e dezembro 2018 para promover plano de manejo integrado do mosaico de Terras Indígenas e Unidades de Conservação do Sul do Amazonas, com MMA e Funai, para que organizações locais e órgãos gestores de Tis e UCs fiquem sensibilizados, informados e tenham participação ativa do debate público sobre os impactos socioambientais de grandes projetos de infraestrutura e de seu papel no processo de licenciamento dos empreendimentos.

As atividades do projeto iniciaram em julho de 2017 e serão finalizadas em dezembro de 2018. O contrato foi assinado no valor total de R\$ 2.697.000 mil e desembolsados conforme demonstrado abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Valor R\$</b>
2017	1.599
2018	1.098
<b>Total</b>	<b>2.697</b>

**e) CLUA - Fortalecimento da Governança Florestal no Oeste Paraense;**

Fortalecer a capacidade local de líderes e organizações comunitárias para implementar planos de gestão em terras comunitárias críticas na Amazônia. O projeto visa desenvolver um observatório florestal comunitário para monitorar políticas, capacidade e acordos comerciais com comunidades do Estado do Pará.

As atividades do projeto iniciaram em outubro 2015 e foram finalizadas em julho 30 de 2016. O contrato foi assinado no valor total de R\$ 912.135 mil e desembolsados conforme demonstrado abaixo:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

Ano	Valor R\$
2015	40
2016	872
<b>Total</b>	<b>912</b>

**f) CLUA (extensão) - Fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar no Pará;**

O projeto tem como objetivo fortalecer a capacidade local de líderes e organizações comunitárias para implementar planos de gestão em terras comunitárias críticas na Amazônia. O projeto visa desenvolver um observatório florestal comunitário para monitorar políticas, capacidade e acordos comerciais com comunidades do Estado do Pará.

As atividades do projeto iniciaram em dezembro de 2016 e finalizadas em outubro de 2017. O contrato foi assinado no valor total de R\$ 315 mil e desembolsados conforme demonstrado abaixo:

Ano	Valor R\$
2017	315
<b>Total</b>	<b>315</b>

**g) PORTICUS 2 Contrato 151256 - Fortalecimento da educação do Campo no Amapá como estratégia para a sustentabilidade socioambiental na Amazônia;**

O projeto tem como objetivo proporcionar a garantia de requisitos básicos do ponto de vista da vida administrativa das entidades mantenedoras das EFAS e da RAEFAP, ação estratégica para viabilizar o acesso aos recursos públicos da educação e de outras fontes doadoras, afim de assegurar a sustentabilidade do conjunto, seja, apoiar a gestão administrativa, financeira e contábil do conjunto EFAS/RAEFAP, de modo a assegurar sua regularidade legal e fiscal. Bem como dinamizar processos internos as EFAs para consolidação de uma visão de futuro com vistas a sua sustentabilidade técnica, financeira e política.

As atividades do projeto iniciaram em novembro de 2016 e finalizadas em novembro de 2017. O contrato foi assinado no valor total de R\$ 594 mil, e desembolsados conforme demonstrado abaixo:

Ano	Valor R\$
2016	594
<b>Total</b>	<b>594</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

**h) PORTICUS 3 - Contrato 160821 - Fortalecimento da Educação do Campo no Amapá como estratégia para a sustentabilidade socioambiental na Amazônia;**

O projeto é desenvolvido pelo IIEB em parceria com a Rede das Associações das Escolas Família do Amapá (RAEFAP) e 04 Escolas Famílias (EFAs) no Estado do Amapá, tem como objetivo contribuir para que as EFAs se apropriem de uma visão estratégica na qual exerçam um protagonismo frente aos processos locais de desenvolvimento rural sustentável e fortalecimento da educação do campo. Tem como público beneficiário cerca de 920,16 agricultores e agricultoras familiares relacionados à Escola Família Agrícola do Pacuí (EFAP), Escola Família Agrícola da Perimetral Norte (EFAPEN), Escola Família Agroecológica do Macacoari (EFAM) e Escola Família Agroextrativista de Carvão (EFAC), moradores dos municípios de Macapá, Mazagão, Itaubal e Pedra Branca do Amapari.

As atividades do projeto iniciaram em dezembro de 2017 e serão finalizadas em novembro de 2018. O contrato foi assinado no valor total de R\$ 646 mil e desembolsados conforme demonstrado abaixo:

Ano	Valor R\$
2018	646
<b>Total</b>	<b>646</b>

**i) PMB - Fortalecimento organizacional e institucional de organização de catadores e catadoras de materiais recicláveis em Belém;**

Com o objetivo de realizar o Assessoramento a organização de catadores e catadoras de materiais recicláveis contratada pela PMB para participar da primeira etapa da coleta seletiva, em vistas de contribuir com o seu fortalecimento organizacional e institucional, esta ação marca o início da atuação do IIEB na área urbana. Projeto financiado pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), aprovado em setembro 2015 até março 2017 no valor de R\$ 448 mil.

Ano	Valor R\$
2016	213
<b>Total</b>	<b>213</b>

**j) PNUD – Projeto BRA 11/021 – Capacitação de gestores e lideranças beneficiárias do Programa Bolsa Verde para inclusão sócio produtiva;**

O contrato teve como objetivo realizar a capacitação de gestores e lideranças beneficiárias do Programa Bolsa Verde para inclusão Sócio produtiva de agroextrativistas de unidades de conservação de uso sustentável na Amazônia Brasileira.

Contrato datado de 27 de janeiro de 2017 com prazo de 270 dias de implementação e valor aprovado de R\$ 1.180.000,00. O valor foi desembolsado no ano 2017 conforme quadro abaixo:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

Ano	Valor R\$
2017	1.180
<b>Total</b>	<b>1.180</b>

**k) FUNBIO – Diagnóstico Socioambiental da Resex Renascer;**

O contrato teve como objetivo elaborar o diagnóstico socioambiental da Reserva Extrativista Renascer em Prainha/PA.

Contrato datado de 16 de maio de 2017 com prazo de 200 dias e valor aprovado de R\$ 131 mil. O valor foi desembolsado no ano 2017 conforme quadro abaixo:

Ano	Valor R\$
2017	131
<b>Total</b>	<b>131</b>

**l) NORSK HYDRO BRASIL Ltda. Contrato No. 4600006398 – Assessoria para as atividades desenvolvidas pelo Fórum Intersectorial de Barcarena (FIB);**

Contrato nº 4600006398 – Assessoria para as atividades desenvolvidas pelo Fórum Intersectorial de Barcarena (FIB). Incluindo os serviços discriminados no Regimento interno do FB. O contrato entra em vigor em julho 2017 e tem prazo de 24 meses. O valor estimado do contrato é de R\$ 436.189.

O valor desembolsado no ano 2017 está conforme o quadro abaixo:

Ano	Valor R\$
2017	40
<b>Total</b>	<b>40</b>

**m) GIZ – Prestação de Serviços Contrato 83263766 para Levantamento de Linha de Base dos Empreendimentos e Mercados Institucionais;**

O Contrato teve como objetivo realizar estudo sobre o estabelecimento de um conjunto de dados atuais que representam a linha de base para o projeto “Mercados Verdes e Consumo Sustentável” e que facilitam a identificação de medidas efetivas e eficazes para atingir os resultados esperados do projeto.

As atividades do contrato iniciaram em setembro de 2017 e finalizadas em março de 2018. O contrato foi assinado no valor total de R\$ 98.540, e desembolsados conforme demonstrado abaixo:



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

Ano	Valor R\$
2017	84
<b>Total</b>	<b>84</b>

**n) CEF-FSA – Mulheres Marajoaras: Inclusão produtiva e sustentabilidade;**

O projeto tem como objetivo o fortalecimento de experiências solidárias de inclusão produtiva sustentável, de famílias agroextrativistas do Marajó, com base no protagonismo das mulheres, o que potencializa a diversificação produtiva da agricultura familiar, na medida em que estimula a descoberta de novos produtos e de novos usos dos produtos e costumes alimentares das comunidades tradicionais. Esta visão remete diretamente a uma situação na qual se fortalece a defesa e uso do território pelas populações que lá vivem, e à contribuição para a segurança alimentar.

As atividades do Projeto iniciaram em dezembro de 2017 e serão finalizada em dezembro de 2018. O contrato foi assinado no valor total de R\$ 199.860, e desembolsados em 2017 conforme demonstrado abaixo:

Ano	Valor R\$
2017	50
<b>Total</b>	<b>50</b>

**o) USFS – Acordo número 17-IG-11132762-075 - Fortalecimento do Arranjo produtivo da madeira na Resex Verde para Sempre em Porto de Moz/PA;**

O projeto tem como objetivo fortalecer as instituições locais para consolidar e promover o manejo florestal comunitário e familiar na RESEX. Sua estratégia baseia-se em 1) consolidar a articulação entre as múltiplas instituições que atuam nesse setor produtivo da Resex e 2) fortalecer as capacidades locais de implementar planos de manejo florestal e comercializar produtos florestais.

O projeto teve o contrato assinado em novembro de 2016 no valor de US \$ 96.012

O contrato foi assinado no valor total de US \$ 96.012, e o início das atividades foi em 1º de novembro de 2016 e o término em dezembro de 2017. Os valores foram desembolsados conforme demonstrado abaixo:

Ano	Valor R\$
2017	241
<b>Total</b>	<b>241</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

**p) USFS – Termo Aditivo ao Primeiro Acordo número 17-IG-11132762-075;**

Esta modificação do acordo é para assegurar recursos para a promoção de treinamento e suporte técnico para associações e cooperativas comunitárias na governança e gestão social e financeira da produção e comercialização de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros para beneficiar a conservação da biodiversidade na Amazônia brasileira. Recursos somam US 379,000 e a assinatura do contrato foi em abril de 2017. Os valores foram desembolsados conforme demonstrado abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Valor R\$</b>
2017	898
<b>Total</b>	<b>898</b>

**q) GIZ – GITEC – Prestação de Serviços de Consultoria para os projetos: “Direito Fundiário na Amazônia - Terra Legal” No. 81202542 e “Cadastro Ambiental Rural – Gestão de Terras e Ambiente” no. 8120797;**

Prestação de Serviços de Consultoria para os projetos: “Direito Fundiário na Amazônia - Terra Legal” No. 81202542 e “Cadastro Ambiental Rural – Gestão de Terras e Ambiente” no. 8120797.

A duração do contrato é de 38 meses, iniciando-se em 01.01.2017 até 29.02.2020, os recursos previstos somam 225.000 em EUR.

Os desembolsos previstos estão como no quadro abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Valor R\$</b>
2017	337
2018	376
2019	350
<b>Total</b>	<b>1.063</b>

**r) GIZ ATER MAIS GESTÃO - Contrato 83257928 – Prestação de serviços de consultoria para adequar metodologia para novos instrumentos de ATER;**

Contrato 83257928 – Prestação de serviços de consultoria para adequar metodologia para novos instrumentos de ATER para organizações econômicas da Agricultura Familiar no âmbito do ATER Mais Gestão. O contrato foi assinado em junho de 2017 para ser implementado até junho de 2018. Recursos previstos no contrato serão desembolsados como no quadro abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Valor R\$</b>
2017	43
2018	154
<b>Total</b>	<b>197</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

**s) Nature and Culture International (NCI);**

Sistemas de drenagens altamente importantes para aumentar a cobertura da área protegida e de reservas públicas e privadas para a diversidade biológica e cultural nas áreas rurais do Brasil - HIDDRA-Br. O projeto tem o objetivo de promover o desenvolvimento, e implementação de Áreas Protegidas em ecossistemas-chave, ao mesmo tempo aumenta os meios de subsistência locais no Brasil "rural". Os fundos do NCI são para apoiar atividades e outras organizações que promovem a criação de áreas protegidas e outras atividades que facilitam sua existência, isso se refere a incentivos econômicos, marcos legais, envolvimento da comunidade, planos de manejo, conscientização pública e capacitação, nos principais ecossistemas brasileiros e nas principais bacias hidrográficas.

As atividades do projeto iniciaram em fevereiro de 2016. O contrato foi assinado no valor de R\$ 2.134 para 3 anos de projeto.

<b>Ano</b>	<b>Valor R\$</b>
2016	978
2017	1.156
<b>Total</b>	<b>2.134</b>

**t) CI-CEPF-Critical Ecosystem Partnership Fund;**

**Equipe de Implementação Regional – Projeto Cerrado – Código 66262**

Uma Equipe de Implementação Regional estruturada para fornecer liderança estratégica e coordenar o investimento do CEPF no Hotspot do Cerrado.

Para apoiar a implementação de investimento do Fundo de Parceria de Ecossistemas Críticos (CEPF) de US \$ 8 milhões entre 2016 e 2021, bem como contribuir para a mobilização de outros fundos e o envolvimento de outras partes interessadas na integração de preocupações ecológicas e sociais sobre o Ponto Cerrado Políticas públicas e práticas privadas.

O Hotspot do Cerrado, que cobre mais de 2 milhões de km<sup>2</sup> no centro do Brasil e pequenas partes da Bolívia e Paraguai, é o terceiro maior entre um total de 35 pontos hotspots globais. Além de ser uma das regiões de savana tropical biologicamente mais ricas do mundo, ela também tem grande importância tanto para a segurança regional da água como para as emissões de carbono. As águas superficiais e as chuvas em grande parte da América do Sul dependem do Cerrado. As taxas anuais de desmatamento e as emissões de gases de efeito estufa são mais altas do que na Amazônia. Muitas comunidades dependem de seus recursos naturais e compartilham o conhecimento tradicional de sua biodiversidade.

O CEPF é uma iniciativa de financiamento colaborativo da Agence Française de Développement (AFD), Conservation International (CI), União Européia (UE), Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), Governo do Japão, John D. e Catherine T. MacArthur Foundation e Banco Mundial. O objetivo é a conservação das áreas mais ameaçadas de biodiversidade da Terra.

O contrato da equipe de implementação do Cerrado está aprovado no valor de R\$ 3.600.000 para o período 2016 até 2021. E o contrato dos pequenos apoios está estimado em R\$ 2.216.000

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

Valor dos pequenos apoios e recurso da equipe de implementação estão assim distribuídos:

<b>Ano</b>	<b>Valor R\$</b>
2016	193
2017	695
2018	1.400
2019	2.078
2020	1.000
2021	450
<b>Total</b>	<b>5.816</b>

Despesas do CEPF-RIT e Small Grant do Ano 2017 estão informadas no quadro abaixo:

<b>Resumo Despesas-CEPF RIT E SG-2017</b>	<b>Valor em R\$</b>
Salaries/Benefits	349.160
Professional Services	104.868
Rent and Storage	11.966
Telecommunications	3.430
Supplies	7.038
Furniture and Equipment	7.274
Travel	13.512
Meetings and Special Events	21.470
Miscellaneous	1.712
Sub-Grants	121.600
Management Support Costs	52.977
<b>Total</b>	<b>695.007</b>

**u) Projeto Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas - Contrato BNDES No. 5.799.715.0001 no valor total até R\$ 11.448.505,00 e prazo de 42 meses;**

Comunidades indígenas apurinãs das TIs da Bacia do Rio Purus e comunidades Kagwahiwa da Bacia do Rio Madeira, situadas ao Sul do Amazonas. O projeto compreende atividades em oito Terras Indígenas, envolvendo, no total, 1.095169 ha e 2.179 habitantes. O objetivo é apoiar (i) a implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental no Sul do Amazonas, nas Bacias dos Rios Purus e Madeira, e a (ii) elaboração de Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terra Indígena na Bacia do Rio Madeira. no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

As atividades do projeto iniciaram em janeiro de 2017. Os desembolsos estão previstos como a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

<b>Ano</b>	<b>Valor R\$</b>
2017	5.006
2018	2.763
2019	2.763
2020	916
<b>Total</b>	<b>11.448</b>

No ano de 2017 foram realizadas ações de fortalecimento das associações indígenas por meio de reuniões, investimento em infraestrutura (computador, embarcações, GPS, etc.), cursos de formação em proteção territorial, elaboração de diagnósticos do potencial da produção agroextrativista, pesquisa de mercado e rotas de escoamento da produção, assistência técnica e extensão rural (ATER), monitoramento do avanço do desmatamento nas Terras Indígenas. No tocante à gestão do projeto foi realizado um seminário para a formação da equipe de campo contratada com o objetivo de apresentar as abordagens metodológicas utilizadas pelo IIEB, políticas e procedimentos administrativos financeiros, além de princípios básicos da atuação indigenista. A execução das atividades ocorreu, principalmente, a partir de fevereiro quando houve o primeiro desembolso de recursos.

**A Receita do ano 2017 do projeto foi conforme o quadro abaixo:**

<b>Data</b>	<b>Valor em R\$</b>
14/02/2017	2.297.264
22/12/2017	2.258.260
<b>Total</b>	<b>4.555.524</b>

Despesas do ano 2017 do projeto BNDES somam R\$ 2.659.317.

O projeto apresentou sua 1ª prestação de contas no ano 2017, valores estão descritos no quadro abaixo:

<b>Prestação de Contas do Projeto BNDES do período jan a set 2017</b>	<b>Valor em R\$</b>
Consultorias e serviços de técnicos especializados	81.674
Despesas administrativas	2.993
Insumos	35.560
Logística	581.195
Máquinas equipamentos e outros bens	487.253
Recursos Humanos	694.234
Serviço de Apoio	87.881
<b>Total</b>	<b>1.970.790</b>

O relatório financeiro está de acordo com as condições do referido contrato. Os fundos disponibilizados foram gastos conforme o estipulado no contrato de concessão de colaboração financeira não reembolsável nº 16.2.0654.1 e no orçamento aprovado pelo BNDES/FAM e foram lançados na conta específica do projeto. Os relatórios financeiros

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

mostram as despesas classificadas segundo as atividades e rubricas do orçamento, conforme o modelo requerido. A contabilidade está preparada de acordo com o regime de competência. Há conciliação dos dados do relatório financeiro com os do sistema de contabilidade e de registro (por exemplo, balancete, contas do razão geral e respectivas subcontas, etc.). As despesas do relatório final foram realizadas (“realidade”), estão certas (“exatidão”) e são elegíveis.

**v) Acordo de cooperação: AID-512-A-17-00001 – Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Sul do Amazonas - Acordo de cooperação: AID-512-A-17-00001 – Recursos da USAID**

O objetivo geral do projeto é implementar a PNGATI em suas múltiplas dimensões, com organizações indígenas fortalecidas, juntamente com os seus parceiros governamentais e da sociedade civil. Compreende um Programa de Pequenos Projetos para implementação da PNGATI na região, em parceria com associações indígenas locais. Os projetos permitirão a essas organizações indígenas avançar com o difícil processo de implementação da PNGATI em cada um dos seus sete focos temáticos.

O projeto também tem um componente de apoio a gestão integrada de terras indígenas e unidades de conservação, apoio a cadeias produtivas e implementação de ações previstas em Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTA`s).

As atividades do projeto iniciaram em outubro de 2016. Os desembolsos foram previstos como a seguir:

Ano	Valor em R\$
2016	360
2017	2.816
2018	3.133
2019	1.943
<b>Total</b>	<b>8.252</b>

O projeto USAID PNGATI foi auditado no Ano 1 de implementação. No ano de 2017 o montante de R\$ 2.816.379 foi auditado. O relatório foi submetido para a aprovação da USAID.

**w) Projeto EuropeAid/138877/DH/SER/BR – O objeto do contrato é a implementação conjunta (consórcio GFA/IIEB/Serfal) do projeto Apoio à política de regularização fundiária na região amazônica (Pará, Amazonas, Mato Grosso e Amapá) financiado com recursos da Comunidade Europeia;**

O objeto deste contrato é a implementação conjunta do projeto EuropeAid/138877/DH/SER/BR: Apoio à política de regularização fundiária na região amazônica (Pará, Amazonas, Mato Grosso e Amapá) financiado pela Comissão Europeia. O valor máximo do contrato é Euros 2,958,880 com duração de 48 meses.

As atividades do projeto iniciaram em outubro de 2017. Os desembolsos estão previstos como a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

Ano	Valor em R\$
2017	11
2018	900
2019	1.470
2020	1.700
<b>Total</b>	<b>4.081</b>

**x) BMZ 2009 65 616 - Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas – 8 Milhões de Euros – Processo: 08620.000794/2017-72. Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre FUNAI e o IIEB para implementação do Projeto "Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas" com recursos do KfW.**

Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre FUNAI e o IIEB. O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de parceria entre a FUNAI e o IIEB para implementação do Projeto "Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas" com recursos não reembolsáveis do Governo Alemão por meio do Banco Alemão de Desenvolvimento, KfW, com sede em Frankfurt am Main, Alemanha (KfW).

DATA DA ASSINATURA: 19/12/2017

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis apresentadas são de responsabilidade da administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 23 de julho de 2018.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Em 31 de dezembro de 2017, o Instituto não possuía operações ativas e passivas decorrentes de operações de longo prazo que poderiam gerar ajuste a valor presente.

## **3. Principais práticas contábeis adotadas**

### **a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência. As doações que não possuem destinação específica são registradas ao resultado à medida que são recebidas dos doadores. Os custos incorridos representam, basicamente, a alocação de recursos humanos e materiais na execução dos projetos. Os custos e despesas indiretas do Instituto são rateados entre os programas de acordo com a representatividade de cada um. Todos os custos são segregados por doador considerando-se a utilização de recursos humanos e materiais para cada doador, não havendo transferência de custos entre doadores.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

---

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, o IIEB goza da isenção de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o superávit apurado.

**b) Ativo circulante e Não circulante**

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

**c) Ativo imobilizado e intangível**

Segregados por: (i) Imobilizado sem restrição, composto por bens cuja posse e propriedade pertencem ao Instituto, demonstrado ao custo deduzido da depreciação de bens, a qual é calculada pelo método linear às taxas anuais mediante a aplicação das taxas mencionadas na nota 6, e; (ii) Imobilizado com restrição, cujos bens estão sob a posse do Instituto, mas, sua aplicação está vinculada às regras contratuais do doador/financiador e cuja propriedade será definida ao final do contrato, demonstrado pelo custo de aquisição e respectiva conta redutora de igual valor.

**d) Passivo circulante e Não circulante**

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

**e) Patrimônio líquido**

Representado pelo patrimônio social do Instituto acrescido dos resultados superavitários ou deficitários anuais conforme o caso.

**4. Instrumentos financeiros**

**a) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Instituição mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos.

**b) Derivativos**

O Instituto não realizou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, durante os exercícios de 2017 e de 2016.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

## 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

A administração adota uma política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento de resgate de curto prazo, em instituições financeiras brasileiras de primeira linha, quando permitido pelos doadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto. Os saldos registrados no disponível são segregados por: recursos sem restrição, relacionados a valores que o Instituto pode aplicar livremente em ações previstas em seus objetivos sociais, e; recursos com restrição, cuja aplicação está vinculada a regras contratuais e orçamentárias definidas pelos doadores/financiadores.

### Recursos com restrição:

	2017	2016
Bancos	1.412	535
Aplicações financeiras	3.293	1.978
<b>Total</b>	<b>4.705</b>	<b>2.513</b>

### Recursos sem restrição:

	2017	2016
Caixa	16	14
Bancos	209	290
Aplicações financeiras	58	169
<b>Total</b>	<b>283</b>	<b>473</b>

<b>Total Geral</b>	<b>4.988</b>	<b>2.985</b>
--------------------	--------------	--------------

## 6. Imobilizado e intangível

### a) Imobilizado sem restrição

	2017			2016	Taxas anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Máquinas e equipamentos	259	-188	71	82	10
Equipamentos de informática	426	-405	21	50	20
Móveis e utensílios	417	-391	26	33	10
Instalações	35	-32	3	4	10
Aplicativos para computadores (SO)	80	-56	24	36	20
Benfeitorias em bens de terceiros	25	-25	0	0	10
<b>Total</b>	<b>1.242</b>	<b>-1.097</b>	<b>145</b>	<b>205</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

**b) Imobilizado com restrição**

	2017		
	Custo	Conta redutora	Líquido
Máquinas e equipamentos	3	-2	1
Equipamentos de informática	11	-11	-
Móveis e utensílios	3	-3	-
Aplicativos para computadores (SO)	6	-6	-
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>-22</b>	<b>1</b>

**c) Intangível**

	2017			2016	Taxas anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Aplicativos para computadores (Outros)	49	(49)	0	0	20

**7. Passivo Circulante****a) Obrigações sociais e trabalhistas**

Refere-se a provisões para pagamento decorrentes de obrigações relacionadas aos recursos humanos com vínculo empregatício e parcelamento de contribuições à previdência social, cujos valores já foram reconhecidos no resultado, sendo composto conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2017	2016
Provisões para férias	123	69
Previdência Social	40	37
Provisões para encargos sobre férias	43	23
Imposto de renda retido na fonte	16	7
FGTS	11	6
ISS	7	1
PIS	1	1
Contribuições retidas na fonte	1	1
<b>Total</b>	<b>242</b>	<b>145</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

**b) Contas a pagar**

Referem-se a obrigações que a entidade tem na liquidação financeira de gastos realizados, cujos valores já foram reconhecidos no resultado, sendo o saldo composto conforme demonstrado na tabela seguinte:

<b>Contas a pagar</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Serviços diversos	36	20
Telefone a pagar	3	4
Aluguel	4	0
Recursos de terceiros	10	1
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>25</b>

**c) Adiantamento de doadores**

Referem-se aos recursos adiantados pelos doadores no âmbito dos projetos administrados pelo IIEB e que serão utilizados em períodos seguintes, conforme demonstrado na tabela abaixo:

<b>Adiantamentos de doadores</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
BNDES-FUNDO AMAZONIA	1.968	-
MOORE GRANT AWARD 2078	945	-
RIT - SMALL GRANT	868	967
NCI	623	357
PNUD-GATI	200	-
FAO	157	-
US FOREST SERVICE	71	12
CEF MULHERES MARAJOARAS	50	-
PNUD-CAPAC-BOLSA VERDE	36	-
PORTICUS II - AMAPÁ	36	-
RIT CERRADO	6	(18)
USAID-PNGATI	2	31
CEE-GFA (*)	(11)	-
FUNBIO (*)	(12)	(12)
HYDRO FIB 2 (*)	(18)	-
PORTICUS III – AMAPÁ (*)	(24)	-
FUNBIO RESEX RENASCER (*)	(46)	-
PROJETOS DIVERSOS (*)	(56)	28
Fundação Moore (*)	(60)	143
TNC	-	1
TAC PORTO (CDP/MPT)	-	48
PORTICUS	-	(2)
PMB/CLUA	-	1
MPF/Imerys	-	(1)
MMA - PDPI	-	11

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

MAC CARGIL FOUNDATION	-	(7)
GIZ-CAR	-	(5)
GIZ	-	17
Fundo Vale	-	124
Caixa Marajó	-	355
ALBRÁS	-	8
AIN-BARCARENA PROJETO PID 330376	-	(5)
Pequenos projetos	-	454
<b>Total</b>	<b>4.735</b>	<b>2.507</b>

(\*) Valores referentes a projetos em processo de finalização.

## 8. Patrimônio líquido

### a) Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é constituído pelas contribuições dos seus associados, receitas financeiras do Instituto, doações, subvenções e legados, conforme previsto no Estatuto.

### b) Superávit (déficit) do exercício

Refere-se somente ao superávit e/ ou déficit do ano corrente. Após aprovação pela assembleia, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto no estatuto, quando aplicável.

## 9. Recursos de projetos

Recursos de projetos	Total
ALBRAS	5
APIB	15
BNDES	2.491
CEE-GFA	11
CEF MARAJO	363
CEPF-RIT CERRADO	581
CLUA	315
FAO	55
FUNBIO RESEX RENASCER	111
FUNDO VALE	142
GIZ	365
HYDRO	41
MOORE GRANT AWARD	857
NCI	904
PDPI	11
PMB-SEMMA	51
PNUD	1.159
PORTICUS	583
PROJETOS DIVERSOS	462

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)

RIT - SMALL GRANT	99
TAC PORTO	48
US FOREST	1.143
USAID-PNGATI	2.792
SATOYAMA	28
TNC-IIEB	1
<b>Total</b>	<b>12.633</b>

**10. Custos e despesas operacionais com programas**

**10.1. Salários e benefícios**

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Assistência Médica	165	85
Aviso Prévio/Indenizações	30	72
Consultoria longo prazo	2.300	1.548
Férias	56	92
FGTS	103	117
INSS	297	202
PIS	20	8
Estágio	9	-
Salários	1.124	717
Vale Alimentação	137	99
Vale Transporte	4	5
<b>Total</b>	<b>4.245</b>	<b>2.945</b>

**10.2. Consultoria e serviços**

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Honorários de serviços contratados - PF	220	288
INSS parte empresa (2100)	41	57
Serviços de consultorias de projetos	9	10
Serviços de contabilidade	69	38
<b>Total</b>	<b>339</b>	<b>393</b>

**10.3. Despesas com viagens**

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Alimentação	645	353
Aluguel de veículos	40	50
Combustível	233	155
Comunicações	2	2
Hospedagem	495	270
Passagens Aéreas	1.191	601
Passagens Terrestres	15	3
Passagens Fluviais	66	39
Seguro Viagem	25	21

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017**  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)

Táxi	175	103
Traslado	263	168
Outras Custos com Viagens	32	23
<b>Total</b>	<b>3.182</b>	<b>1.788</b>

**10.4. Despesas com programas**

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Aluguel de equipamentos para eventos	17	-
Aluguel de recinto para eventos	184	14
Aluguel de veículos	48	5
Bens adquiridos para parceiros	239	3
Bolsas individuais	35	241
Bolsas institucionais	5	-
Concessão de doação	213	935
Contratos - PJ	979	1.835
Devoluções de recursos de projetos	65	-
Divulgações de programas	8	3
Hospedagem e alimentação em eventos	45	133
Logística participação em eventos (transp. alim)	44	21
Material audiovisual para cursos e eventos	54	125
Material didático para eventos	38	51
Publicações	21	218
Repasse parceiros	1.620	1.048
Reprodução de vídeos	5	3
Serviços profissionais para eventos	5	12
Outras Despesas com Programas	727	46
<b>Total</b>	<b>4.352</b>	<b>4.693</b>

**11. Custos e despesas operacionais administrativos****11.1. Salários e benefícios**

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Assistência Médica	1	22
Aviso Prévio/Indenizações	25	24
Consultoria longo prazo	254	159
INSS	6	22
Provisão de férias	100	-
Férias	-	6
FGTS	-	32
Salário	-	52
PIS	-	1
Vale-alimentação	-	12
Vale-transporte	-	1
<b>Total</b>	<b>386</b>	<b>331</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em reais)**

---

**12. Cobertura de seguros**

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros de viagens para seus funcionários e consultores por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Não há cobertura de seguro sobre os bens do ativo imobilizado, tendo em vista a política de riscos adotada pela entidade e o montante dos bens patrimoniais.

**13. Tributos e contribuições**

**a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL)**

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit (superávit) de acordo com o artigo 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e Lei nº 9.532/97.

**b) PIS/COFINS**

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. A entidade goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

---

Maria José Miranda Cabral Gontijo  
Coordenadora Geral

---

André Luis de Carvalho Bittencourt  
Contador CRC BA-0189501/O-0 "S-DF"